

ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2025
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Campagnolo - Camilo Martins - Carlos Humberto - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Pepê Collaço - Rodrigo Minotto - Sérgio Guimarães - Sergio Motta - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Manifestaram-se na tribuna os representantes das seguintes entidades: Câmara dos Vereadores de São Miguel do Oeste, Instância de Governança Regional Grande Oeste, Aduana de Dionísio Cerqueira, Rádio Difusora FM, CELESC, Oktoberfest de Itapiranga, Cooperoeste, Sítio Balbinot, Cooperitaipu, FIESC, Cooperativa Regional Auriverde, Casa da Amizade de São Miguel do Oeste, Associação Empresarial de São Miguel do Oeste, Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, Centro Histórico Germânico de Itapiranga.

Breves Comunicações

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0219/2023, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural União Operária e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0406/2023, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre o dever de disponibilização de boletim médico pelos estabelecimentos de saúde, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0297/2024, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre o exame para detecção de fissura palatina em recém-nascidos, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0388/2024, de autoria do Deputado Delegado Egidio, que declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de São Lourenço do Oeste e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0515/2024, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que altera o anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que "consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual o Grupo Escoteiro Indaiá- 140/SC.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0185/2025, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que institui a Semana de Prevenção ao Transtorno de Ansiedade de Doença (TAD) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0264/2025, de autoria do Deputado Altair Silva, que reconhece o Município de Iomerê como a Capital Catarinense da Suinocultura e do Cordeiro e altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que "Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses", para o fim de nele incluir a denominação ao referido Município.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0059/2022, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que reconhece a Empresa de

Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e a Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A (CEASA/SC) como empresas públicas e sociedade de economia mista de relevante interesse social e econômico do Estado.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0156/2025, de autoria do Deputado Marquito, solicitando ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, informações acerca dos contratos vinculados às obras de melhoria da Rodovia SC-447.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0157/2025, de autoria do Deputado Pepê Collaço, solicitando à Secretária de Estado da Educação, informações acerca da limitação de vagas por instituição, fixada para as bolsas do Programa Universidade Gratuita.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0158/2025, de autoria do Deputado Sérgio Guimarães, solicitando à Secretária de Estado de Justiça e Reintegração Social, informações acerca do Concurso Público - Edital 01/SAP/2022.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0223/2025, de autoria do Deputado Alex Brasil, manifestando ao Presidente da Câmara de Deputados, apelo pela apreciação e aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717/2024, que susta decretos presidenciais que afrontam a legislação vigente ao desconsiderar o marco temporal na demarcação de terras indígenas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0224/2025, de autoria do Deputado Neodi Saretta, manifestando ao Superintendente do DNIT, apelo para que empreenda esforços para a realização de obras para melhoria na iluminação, no trevo de Tupitinga, em Campos Novos, na intersecção da BR-282 com a BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0225/2025, de autoria do Deputado Julio Garcia, manifestando ao Vice-Reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, senhor Vitor Carlos D'Agostini, agradecimento pela cessão das dependências do Centro Cultural do Campus São Miguel do Oeste, para a realização da primeira edição do Programa Alesc Itinerante do ano de 2025.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do

Regimento Interno, as Indicações números: 0553/2025, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes; e 0554/2025, de autoria do Deputado Mário Motta.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 1885 a 2000.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquiografia: Cinthia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Informa que, no dia 12 de junho, foi instituído o Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, o que chama atenção para um desafio crescente. Em 2022, o IBGE apontou um cenário preocupante: cerca de 60 mil crianças e adolescentes catarinenses estavam em situação de trabalho infantil, envolvidos em atividades perigosas ou que comprometem sua escolarização, já que muitos deixam a escola para ajudar financeiramente suas famílias.

Esses números representam vidas, sonhos e futuros comprometidos. Temos, portanto, a oportunidade de agir e aprender com outros estados que já adotam programas integrados, unindo secretarias de Trabalho, Educação e Assistência Social, em parceria com o Ministério Público, conselhos tutelares e organizações não governamentais. Essas iniciativas combinam fiscalização com apoio socioeducativo, campanhas de incentivo à permanência na escola e capacitação de agentes públicos. Oferecem educação em tempo integral, atividades no contraturno escolar e programas de apoio à geração de renda familiar, construindo, assim, uma sólida rede de proteção social.

Destaca que este é o caminho que Santa Catarina deve seguir. É necessário ampliar as políticas integradas e fortalecer a rede de proteção social em todas as regiões do Estado. O objetivo deve ser garantir que cada criança catarinense possa viver sua infância com dignidade e que cada adolescente possa estudar, sonhar e

planejar um futuro melhor, livre das amarras do trabalho precoce.

Ressalta que o combate ao trabalho infantil deve ser um esforço conjunto. Esclarece que seu mandato está aberto ao diálogo e disposto a colaborar com educadores, gestores e toda a sociedade civil, pois proteger as crianças é o primeiro passo para construir uma Santa Catarina mais justa.

Agradece a São Miguel do Oeste e a toda a região pela forma carinhosa com que os deputados e toda a equipe da Assembleia Legislativa de Santa Catarina foram recebidos na cidade.

Menciona que, em relação às Emendas Impositivas, seu gabinete está com edital aberto até o dia 7 de setembro, às 18h. As Emendas terão valor inicial de R\$ 100 mil, e representantes de organizações não governamentais sem fins lucrativos, prefeituras municipais ou instituições integradas ao sistema do Governo Estadual poderão se inscrever no edital por meio do site: deputadomariomotta.com.br. [Taquiografia: Jêifer]

DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES (Orador) - Inicia comentando que foi aprovado na Alesc por unanimidade e sancionado pelo Governador Jorginho Mello, um projeto que estabeleceu a validade indeterminada para os laudos de autismo. Mas, denuncia que os planos de saúde não estão cumprindo e estão exigindo dos pais atestado a cada seis meses, sendo que esta ação está afetando milhares de famílias no Estado. Por isso, solicita à Mesa Diretora que tome providências junto ao Ministério Público, MPSC, para que a lei seja respeitada e passe a valer de verdade para os planos de saúde. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Inicia reafirmando o compromisso com a proteção da infância, defendendo que o lugar da criança é na escola, com dignidade e oportunidades. Explica que o trabalho infantil nega direitos básicos, compromete o futuro e enfraquece a sociedade. Lembra a encíclica *Rerum Novarum*, publicada pelo

Papa Leão XIII, que já denunciava essa prática como desumana.

Alerta para dados do Ministério Público do Trabalho, que apontam mais de 40 mil crianças em situação ilegal em Santa Catarina, sendo quase 20 mil nas piores formas de exploração. Admite que, embora haja redução, a realidade ainda é alarmante. Reitera que o silêncio diante disso é inaceitável e que é dever do Legislativo fortalecer a proteção legal.

Destaca iniciativas do TRT-SC e defende que a aprendizagem, aliada à educação, deve ser a principal via de inclusão. Ratifica que infância é direito, não mão de obra, e conclui que combater o trabalho infantil é obrigação inegociável.
[Taquiografia: Mirela]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para a semana subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Rubia]